



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1018/11	DATA: 13/07/2011
INÍCIO: 14h53min	TÉRMINO: 16h55min	DURAÇÃO: 02h02min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h02min	PÁGINAS: 37	QUARTOS: 25

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
GILSON NUNES VITÓRIO - representante da Coordenação Nacional de Entidades Negras — CONEN. EDSON LUIS DE FRANÇA - Coordenador-Geral da União de Negros pela Igualdade — UNEGRO. MILTON BARBOSA - representante do Movimento Negro Unificado.

SUMÁRIO: Audiência pública com os convidados.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Vamos dar início à nossa reunião, portanto gostaríamos que todos tomassem seus assentos.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 27ª reunião ordinária, realizada no último dia 7 de julho. Indago ao Plenário se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Informo aos presentes que foi recebida a seguinte correspondência: cópia do Ofício nº 237, de 2011, da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, encaminhado a esta Comissão por despacho do Presidente Marco Maia, que trata de moção daquela Câmara, que propõe que a reforma política não seja aprovada sem um amplo debate com a sociedade brasileira.

Ordem do Dia

Esta reunião foi convocada para realização de audiência pública, atendendo aos requerimentos dos Deputados Luiz Alberto, do PT da Bahia, e Daniel Almeida, do PCdoB da Bahia, com a finalidade de subsidiar o debate relativo à reforma política, sob o ponto de vista de estudiosos e representantes do movimento negro.

Comunico que foram convidados para a nossa audiência pública no dia de hoje o Sr. Marcelo Paixão, professor e pesquisador do Laboratório de Análises Econômica, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais — LAESER, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Sr. Gilson Nunes Vitória, representante da Coordenação Nacional de Entidades Negras — CONEN; o Sr. Edson Luis de França, Coordenador-Geral da União de Negros pela Igualdade — UNEGRO; a Sra. Olívia Santana, Vereadora da Câmara Municipal de



Salvador, Bahia; e o Sr. Milton Barbosa, representante do Movimento Negro Unificado.

Informo que o Prof. Marcelo Paixão e a Vereadora Olívia Santana nos comunicaram, na tarde de ontem, que, infelizmente, não poderiam comparecer a esta audiência pública, em virtude de não conseguirem desmarcar compromissos agendados para a mesma data.

Ouviremos, portanto, os seguintes convidados: Sr. Gilson Nunes Vitória, Sr. Edson Luiz de França e Sr. Milton Barbosa. Agradeço-lhes a gentileza de comparecerem à nossa audiência pública. Vou convidá-los para que tomem assento à Mesa à medida que forem fazer sua palestra.

Inicialmente, convido o Sr. Gilson Nunes Vitória para que tome assento à Mesa para fazer sua exposição.

Registro, com muita honra, a presença do nosso ilustre Relator, Deputado Henrique Fontana, que já compõe a Mesa, e dos Deputados autores do requerimento.

Estando presente o Sr. Gilson Nunes Vitória, a quem saudamos efusivamente, vou lhe dar a palavra para que possa fazer a sua exposição, pelo prazo regimental de 15 minutos.

Tem a palavra o Sr. Gilson Nunes Vitória.

O SR. GILSON NUNES VITÓRIO - Boa tarde a todos; boa tarde aos membros da Mesa, aos Srs. Parlamentares da Comissão, ao companheiro Luiz Alberto e aos companheiros e companheiras presentes.

Sou Gilson Nunes Vitória e estou representando a Coordenação Nacional de Entidades Negras, a CONEN. Estou acompanhando um pouco o debate sobre a questão da reforma política com relação aos interesses da população negra brasileira.

Nós temos, junto com o pessoal da plataforma dos movimentos sociais, avançado em algumas discussões e apresentado algumas questões que consideramos importantes para a população em geral.

Achamos que a política brasileira precisa realmente de uma reforma ampla, que passe pelos movimentos sociais, pelos movimentos populares, e que represente a realidade da população brasileira. Essa realidade é a realidade da grande maioria



de negros e de mulheres. Então, nós achamos que a reforma também tem que atender a essa questão da população, ao nosso conteúdo.

Achamos também de fundamental importância que possamos discutir e fazer uma grande avaliação, porque, dentro deste debate, temos algumas coisas que são consenso nessa reforma. Como representantes de movimentos, estamos sempre ouvindo, discutindo e conversando com as nossas comunidades. A nossa participação na política é efetiva.

Entendemos que tanto os Parlamentares — Deputados, Senadores e Vereadores — como os Governadores e Prefeitos passam pelo voto negro, pelo voto racial. No entanto, não temos uma representação desse quadro dentro do Parlamento.

Relembrando um pouco a nossa história, na passagem do século XIX para o século XX, para alguém se fazer representar dentro do Parlamento, tinha que ter posses. Isso já era uma forma de exclusão. Conforme o cargo que fosse ocupar, era necessário ter posse. Para votar, a pessoa tinha que ter uma certa quantidade de bens; para ser candidato a Vereador, tinha que ter uma quantidade um pouco maior; para ser candidato a Deputado, uma quantidade mais além. Isso quer dizer que, naturalmente, estávamos excluídos.

Assim também é a questão das mulheres, porque, apesar do sistema eleitoral brasileiro ser de longa data, só a partir da década de 30 começamos a votar e a ser votadas. Nesse período, eram excluídos também os analfabetos; a partir daí também é que começamos a votar e a ser votados.

Achamos que é de fundamental importância esta audiência pública, para que as pessoas entendam um pouco a realidade da nossa sociedade e passem a discutí-la. O entendimento quer dizer o quê? Como se dá na sociedade a nossa participação.

Temos visto algumas realidades que nos excluem. Primeiro é a questão financeira, que nos exclui porque a todo momento as eleições vão ganhando um valor maior. Se não tivermos condições de participar das eleições por questões financeiras, fica difícil qualquer candidato nosso participar, independente do partido de que seja, haja vista a representatividade nossa no Parlamento. Em qualquer partido, a nossa presença é mínima. O partido que tem um pouco mais de



Deputados e Deputadas é o Partido dos Trabalhadores. Achamos que isso é de fundamental importância.

A questão financeira pesa sobre esta questão. Por isso, um primeiro ponto que achamos importante na reforma política é trabalharmos para termos o entendimento de que é necessário o financiamento público de campanha, porque isso nos deixa em pé de igualdade para poder participar da campanha.

A segunda coisa que achamos importante é como vamos trabalhar a questão dos votos. Fizemos um apanhado e achamos que para o momento o melhor trabalho é o voto em lista, porque ele nos ajuda, despersonaliza os indivíduos e passa a fortalecer os partidos, que, no nosso entendimento, são a grande referência. Temos o entendimento de que o voto em lista é o mais democrático para o momento, porque será uma discussão partidária, os partidos irão discutir os nomes. Eu acho que as companheiras mulheres têm avançado nesta discussão, porque temos o entendimento de que a proposta ideal é a que indique um homem e uma mulher.

Que haja empenho para que isso faça parte da nossa próxima discussão. Essa é uma questão fundamental. Achamos também que a nossa participação deve se dar nesse sentido. Naturalmente, temos que discutir com os partidos, temos que trabalhar na questão do voto em lista a inclusão das mulheres, dos negros, dos indígenas, para que seja uma questão democrática, conforme a população de cada Estado. Acho que precisamos trabalhar a nossa defesa nisso.

E mais, uma coisa que achamos fundamental para o nosso entendimento é democratizar a questão do referendo popular, porque a sociedade precisa participar mais da vida política. Achamos que o referendo popular, se conseguirmos democratizar o processo com o número de assinaturas, conseguiremos maior participação popular. Entendemos que os nossos Parlamentares são eleitos pelo povo. É um mandato popular. Então, a participação popular é importante e fundamental para nós.

Temos avançado também num ponto que achamos interessante: a questão da fidelidade partidária, que tem nos ajudado a entender um pouco a responsabilidade que temos com o partido, porque o partido nos representa politicamente. Acho que a fidelidade partidária é fundamental porque nos traz esse entendimento, essa noção de que, se estamos eleitos por um partido, que leva uma



signa partidária, temos que cumprir o nosso mandato e ser fiéis ao nosso partido, tanto ao partido quanto aos nossos ideais. Essa é uma realidade. Nesse debate, avançamos um pouco nas nossas discussões. Temos conversado bastante sobre isso e achamos que são pontos importantes.

Trouxe algumas cópias de um documento que trata o assunto de forma um pouco mais aprofundada — depois vou deixá-las para a Mesa —, mas acho que foi importante pelo menos pincelarmos alguns pontos para que as pessoas tenham algum conhecimento de como estão as nossas discussões.

Acho que era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Sr. Gilson, pela sua exposição. O material impresso está sendo entregue à Mesa, à relatoria e à Presidência. Depois, ao final das exposições e da palavra do Relator, V.Sa. poderá dar as suas sugestões complementares.

Gostaria de convidar agora o Sr. Edson Luís de França, Coordenador-Geral da União de Negros pela Igualdade — UNEGRO, para que faça a sua exposição, pelo prazo regimental de 15 minutos.

Antes, porém, gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença do Sr. Eloi Ferreira de Araújo, da Fundação Palmares, do Ministério da Cultura. Muito obrigado, Sr. Eloi Ferreira de Araújo.

O SR. EDSON LUIS DE FRANÇA - Boa tarde aos companheiros e companheiras presentes; boa tarde ao Presidente, Deputado Edinho Araújo; boa tarde ao Relator, Deputado Henrique Fontana.

Agradeço a gentileza e a sensibilidade ao Deputado Daniel Almeida em ter proposto esta audiência. Estendo este agradecimento ao Deputado Luiz Alberto. São dois baianos. E não é por menos, porque a Bahia é o Estado no Brasil que mais elege negros e negras. Já é tradição da Bahia a sensibilidade a esta causa. Junto com o Maranhão e o Rio de Janeiro, a Bahia é o Estado que mais elege negros. Queria agradecer-lhes esta oportunidade e dizer que o movimento negro tem uma grande preocupação com esse tema.

Nós entendemos e compartilhamos alguns princípios gerais que tive oportunidade de ouvir do Relator da matéria. O primeiro deles é essa busca de um amplo diálogo com a sociedade brasileira. Entendemos que uma reforma dessa



magnitude não pode ser feita sem a participação do povo, sem a opinião do povo, sem a consulta ao povo. É preciso ouvi-lo nos seus mais diversos segmentos. Tenho certeza de que a Casa tem feito isso, tem consultado vários segmentos da população brasileira para que consiga preparar um relatório com a oitiva da sociedade.

Outra coisa com a qual concordamos é que essa reforma é um grande momento para que aperfeiçoemos a nossa democracia. Concordamos com o princípio de que a reforma, se não servir ao aperfeiçoamento, ao aprofundamento da democracia, vai ser uma oportunidade muito importante que será perdida por nós, brasileiros.

Nós entendemos que um dos elementos que, de certa maneira, tem prejudicado o pleno exercício da democracia, especialmente no que se refere à reforma política, é o poder econômico nas eleições. E nós temos percebido a preocupação desta Comissão com esse tema.

Nós não conseguimos vislumbrar democracia com poder econômico dominando o processo político e o processo eleitoral no Brasil. Hoje, de fato, isso é uma realidade. Nós entendemos que precisamos de uma reforma que veja esse aspecto.

Outro aspecto muito importante é termos mais presença, mais participação popular, mais mecanismos sobre o que chamamos de democracia representativa e participativa. Aqui estamos tendo um grande exemplo disso. Ao mesmo tempo em que nos dirigimos aos nossos representantes, estamos aqui participando do processo. É o encontro da democracia participativa com a democracia representativa.

E nós acreditamos que é fundamental intensificarmos mecanismos que valorizem a democracia participativa e não enfraqueçam a democracia representativa. Nós acreditamos também no fortalecimento dos partidos, de partidos de verdade, que têm propósito, que têm transparência no que pensam e defendem. A sociedade precisa saber em quem está votando, em que causa vota. Para nós são todos pontos importantes desta reforma, e não há como o movimento social e o movimento negro, incluído neles, não estarem totalmente abertos e esperando que a reforma trabalhe esses aspectos.



Agora, um caso importante para nós nesta reforma é a participação da população negra. Isso nós entendemos ser o calcanhar de aquiles da reforma. É necessário procurar mecanismos. Aqui, eu não quero propor nenhum mecanismo, Deputado. Penso que os nossos legisladores, estando imbuídos dessa preocupação, vão conseguir encontrar a melhor maneira de contemplar a reforma. Essa é a preocupação da população negra brasileira, do movimento negro brasileiro. E acredito que seja a preocupação do povo brasileiro. O povo brasileiro não quer um processo político-eleitoral distorcido, que não consiga buscar do povo a sua verdadeira representação.

Então, vou só apontar o problema e tenho absoluta certeza de que, com sensibilidade, esta Casa, esta Comissão vai conseguir encontrar um caminho para que consigamos avançar na democracia e na participação da população negra.

Nós, da UNEGRO, fizemos uma pesquisa e utilizamos o seguinte método: consultamos o TSE e vimos os Parlamentares que se autodeclararam negros; depois, visitamos o *site* de todos os Parlamentares desta Casa e das Assembleias Legislativas — foi um trabalho titânico —, verificamos essa autodeclaração e entramos em contato com todas as Casas legislativas, via telefone, e com as assessorias. Esse trabalho foi feito junto com a Universidade Federal de Minas Gerais. Para nós, embora haja necessidade ser mais aprofundado, é um trabalho inicial, é um trabalho que tem como base a militância do movimento negro. É uma base bastante importante porque sai do empirismo.

Sabemos que há uma sub-representação da população negra, mas, saindo um pouco do empirismo, tentamos apresentar alguns números que mostram que o quadro é desolador. É um quadro que depõe contra a Nação, que tem 51% de autodeclarados negros. Os números que vamos apresentar são extremamente desoladores.

Queremos apontar também um processo positivo, pois temos a mania de ver os problemas e não ver que há uma atuação para que eles sejam gradativamente superados. Há força contrária aos problemas.

Primeiro, queremos dizer que cresceu a nossa representação aqui no Parlamento, aqui na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Tínhamos 5% dos Deputados, um número de 25 Deputados. Hoje, temos 8,5%, um número de 43



de Deputados e Deputadas autodeclarados negros. Em que pese enxergarmos esse avanço, é uma sub-representação inexplicável. É inexplicável um país que tem, depois da Nigéria, o maior contingente populacional negro, ter apenas dos 513 Deputados 43 autodeclarados negros.

Então, esse é um primeiro ponto. É importante dizer que não ficamos aqui olhando qual a pigmentação do Parlamentar, mas olhamos a sua autodeclaração, como ele se identifica. Por isso chegou-se a esse número. Então, temos uma visão bastante ampla do que significa a afrodescendência. Com toda essa amplitude, num universo de 513, hoje temos 43 Deputados e Deputadas nessa condição.

Acho que a sub-representação é muito grande: 8,5%, numa sociedade que tem 51% de autodeclarados negros. Se formos olhar o quadro de Vereadores nas capitais e nos grandes Municípios, considerando grandes Municípios os Municípios com mais de 200 mil habitantes, temos, em todo o Nordeste, 30 Vereadores; em todo o Sudeste — está aí no meio o Netinho, que é Vereador também —, são dez Vereadores; no Sul, três Vereadores. Estou falando de Capitais e de Municípios acima de 200 mil habitantes. Esse é o número que trazemos para esta Comissão refletir. A reforma tem que olhar isso? É uma pergunta que deixamos.

Há mais um dado extremamente desolador no que se refere a Deputados Estaduais. Em alguns Estados, não temos nenhum Deputado Estadual negro: Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Amazonas. São seis Estados brasileiros sem absolutamente nenhum Deputado ou Deputada negra. Está aí a distorção que queríamos discutir com a Casa.

Temos Estados com alguns Deputados autodeclarados negros: o Acre, com três Deputados; o Amapá, com dois Deputados; a Bahia... Pessoal, insisto, estou falando em autodeclarados. Há possibilidade de vermos a pigmentação desses Deputados e dizermos que não são negros. Estamos falando de autodeclarados negros, afrodescendentes. Então, não é só a pigmentação que define a sua ascendência. Estamos levando em conta essa questão, porque, se formos olhar pelo empirismo, por aquilo que os olhos mostram, esse número diminui substantivamente. Na Bahia, temos cinco Deputados negros; no Ceará, apenas um; aqui no DF, um; no Espírito Santo, um; em Goiás, um; Mato Grosso, um; Mato Grosso do Sul, que é um outro Estado que eu não contei, também não há nenhum;



Maranhão, um. Percebemos que em alguns Estados há uma parcela significativa de negros e negras: Minas Gerais, dois; Pará, dois; Pernambuco, três; Rio de Janeiro, dois; Sergipe, quatro; São Paulo, três; Tocantins, um Deputado Estadual.

Então, percebemos que o quadro, de fato, depõe contra a Nação. Nenhuma nação completa a sua democracia mantendo esse nível de exclusão da população e de uma parcela importante da população nos espaços de decisão. Isso aqui é a prova que temos.

Trazendo um resumo bem grande, primeiro há um aspecto importante a ser relatado. Em que pese esta Casa ter hoje apenas 43 Deputados negros, há a Frente Parlamentar pela Igualdade Racial, que tem 220 Parlamentares. Ou há sensibilidade grande desses Parlamentares — por isso, uma Frente desse tamanho —, ou entendemos que é como se estivéssemos dando um doce para uma criança no Natal. Passamos o ano inteiro sem dar nada a ninguém e, chegando o Natal, procuramos um pobrezinho para dar um carrinho. É como se estivéssemos buscando um pedacinho do céu.

Quero entender que não seja isso. Quero entender que essa Frente Parlamentar, composta por 220 Deputados, de posse desses números que nós vamos encaminhar a esta Comissão, esteja mais sensível a esse problema, que não é um problema menor nesta Casa. Em resumo, é isso.

Vereadores negros em todo o Brasil, levando em conta Municípios com mais de 200 mil habitantes e capitais, são 43 — os que foram eleitos em 2008. Na cidade de Salvador, que elege mais Vereadores negros, são 16. Salvador está, portanto, de parabéns. O Estado do Rio de Janeiro também tem crescido bastante com isso. Os Estados que possuem a Frente Parlamentar da Igualdade Racial são Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Amapá. No que diz respeito aos outros Estados, pelo menos o Poder Legislativo não tem acompanhado essa nova forma de organizar a participação do Legislativo no debate sobre a igualdade racial.

Como o meu tempo está-se esgotando, eu trouxe o que há de mais relevante referente aos números.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Sr. Edson, V.Sa. dispõe de 2 minutos.



O EDSON LUIS DE FRANÇA - Há algumas coisas referentes aos partidos, eu prefiro deixar que os partidos autoavaliem se estão dando, de fato, suas contribuições a dar minha opinião. Há números que nos entristecem, porque todos os partidos que aqui estão e têm Parlamentar recebem voto da população negra. A população negra não “racializa” seu voto. Se assim fosse, não haveria aqui apenas 43 Deputados e não teríamos apresentado esse quadro desolador de como se encontra a presença dos negros nas Câmaras de Vereadores e nas Assembleias Legislativas. Portanto, é importante entender isso.

No que se refere aos partidos, eu deixarei que eles façam sua reflexão e autocrítica, dizendo que há partido que tem dado, sim, uma grande contribuição e tem mostrado na prática, não apenas no discurso, a sua sensibilidade, e que são espaços que permitem a promoção, a presença e a participação efetiva dos negros e negras.

Encerro minhas palavras dizendo que em boa parte dessa mudança nós vamos precisar que os partidos se sensibilizem e que somem o movimento negro à sociedade brasileira diante dessa nova mudança e aprofundamento da democracia, tão necessários ao Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Muito obrigado, Sr. Edson França, que foi rigorosíssimo no cumprimento dos 15 minutos.

Convido a fazer uso da palavra o companheiro Milton Barbosa, de São Paulo, que representa o Movimento Negro Unificado. S.Sa. dispõe de 15 minutos em sua exposição.

O SR. MILTON BARBOSA - Boa tarde a todos e a todas. É uma satisfação imensa estar com vocês para debater o tema da reforma política, que de fato é de fundamental importância para aprofundarmos a democracia neste País.

Não podemos deixar de reconhecer que este País, embora tente vender uma imagem de democracia racial, de ter o povo mais feliz do planeta, o País do samba, do futebol, etc., na realidade, é um país extremamente racista, à moda da África do Sul, onde há leis segregacionistas, aqui não há. Aqui, existem as mais variadas formas de dominação e massacre na cultura, nos hábitos, no ensino oficial, nos meios de comunicação. Há também um projeto de genocídio em relação à população negra, há uma estratégia de matança que se expressa, acima de tudo, na



violência que se abate sobre a juventude negra, que é vítima de mortes em todo o País diante da violência policial dos grupos de extermínio, o neoliberalismo. Doenças que estavam sob controle voltaram a matar, como cirrose, tuberculose e desnutrição. Tudo isso faz parte do genocídio.

As negras grávidas, tratadas com desrespeito e violência, não são atendidas, são postas de lado. Até na hora de aplicar a anestesia, são vítimas de uma postura diferenciada. Trata-se de um país extremamente violento, criado na escravidão e no colonialismo, que ainda têm presentes na sua essência práticas dessa natureza.

No âmbito da educação, há 30 anos está sendo desenvolvido um processo em que na escola pública, por exemplo, que era uma das melhores, a molecada não sabe ler nem escrever. Investiu-se em escolas particulares para que ricos e brancos continuassem dominando e mandando nos pobres e negros.

Esta é a realidade em que vivemos. Temos de falar sobre este assunto nesta Casa, porque aqui estão os representantes máximos deste poder. É aqui que se encontra, na grande maioria, a elite branca: homens brancos, machistas, racistas estão nesta Casa fazendo leis. Com toda a certeza, temos de fortalecer os setores progressista e democrático que existem no interior desta Casa para que cresçam, batalhem, produzam leis e coloquem para a sociedade as discussões.

A reforma política é tarefa deste setor, e nós estamos aqui para fortalecê-la. Digo isso com muita tranquilidade porque agimos nesse sentido. Nós, do Movimento Negro Unificado, ajudamos a eleger — não elegemos sozinhos — Luiz Alberto, que era um garoto, com cabelo *black power* (*risos*), que agora caiu um pouco. O meu cabelo era preto, agora está branco.

Nós ajudamos a eleger os trabalhadores, os petroleiros, no Movimento Negro Unificado e em outros setores do movimento negro. Nós temos estratégias. Temos que ficar confiantes, porque há um avanço na discussão racial na sociedade brasileira. Refiro-me às cotas e às ações afirmativas, às mobilizações que estão se dando e núcleos que estão surgindo. Tem-se promovido uma estratégia ao ataque dos meios de comunicação e à degradação do ensino oficial, mas a população supera isso, reestruturando-se e reorganizando-se em termos de pensamento e ações.



As coisas estão avançando, mas ainda não estão refletindo nas eleições. Com certeza, nas próximas eleições, vamos ter uma presença maior. O movimento negro, logicamente, nos nossos congressos e encontros nacionais, terá de montar estratégias para isso. Mas haverá reflexos nas próximas eleições.

O Parlamento, um dos três poderes importantes, tem de estar preocupado. Ele tem o seu papel e deve dar a sua contribuição. Esse setor progressista e democrático tem de se fazer presente e contar com o nosso apoio.

Nós, do Movimento Negro Unificado, batemos duro em determinadas questões, fortalecemos os comitês contra o genocídio da juventude negra. Eu trago um material. Vamos amparar as associações de amigos e familiares de presos contra a revista vexatória. O que acontece? Nas prisões, quando os familiares, na maioria mulheres, visitam os presos ou os adolescentes, na Fundação Casa, a ex-FEBEM, a prática é a mesma, eles fazem as maiores sacanagens, principalmente com as mulheres, de modo que os presos deitem e rolem. As prisões estão lotadas de garotos hoje em dia. O cara faz uma fitinha lá, porque quer fumar, quer cheirar, não sei o quê, vai preso e fica lá. Na realidade, faz-se todo um carnaval e um escarcéu em torno do tráfico e não sei o quê. Fala-se em crime hediondo, mas é mentira.

Você vai à prisão e vê que está cheia de garotos ingênuos presos. Os bambambãs do tráfico não são presos. Os grandes do tráfico estão na Vieira Souto, nos Jardins, em São Paulo, nas grandes regiões. Eles têm representantes no Parlamento, fazem campanha política, elegem Deputados, e a maioria dos Deputados representa os setores empresariais, o agronegócio, tanto é verdade que os ruralistas estão querendo arrebentar com os quilombolas, porque querem tomar as terras deles. Estão matando lideranças quilombolas e indígenas. Hoje os caras estão jogando pesado. Nós, do movimento, temos de enfrentar e contar com o Parlamento no apoio para esse enfrentamento. É o fluxo reverso: nós apoiamos vocês e recebemos em troca apoio.

Portanto, a reforma política é de fundamental importância. O Deputado Luiz Alberto falou sobre a reserva de vagas. Acho que é importante caminhar para essa área. Tem que haver cotas, sim, reserva de vagas para a população negra, para as mulheres, para as indígenas, etc.



A reforma política tem que debater essas coisas. Por isso, é preciso ir à base, à população, discutir, apresentar propostas que, de fato, vão ao encontro da luta da população.

É lógico que os setores que dominam o Parlamento vão resistir e boicotar, mas temos de lutar. O projeto deles tem que ser derrotado para que nós, de fato, construamos uma sociedade de igualdade e respeito. Para isso, essa mudança tem que se dar em todas as áreas.

Na educação, temos que trabalhar, entrar nas escolas e garantir que a molecada, nas escolas públicas, de fato, tenham acesso ao conhecimento e à cultura. Temos que fazer com que o Orçamento seja investido nessas áreas. Os meios de comunicação também têm que ser observados, temos que criar nossas estratégias. Está havendo uma discussão sobre as pequenas empresas e a produção nas áreas quilombolas. Acho que temos de investir nesses setores.

A reforma política tem que refletir a necessidade dessa transformação. Para isso, a base e a luta implementadas pela populações é que vão, de fato, dar um nó e pressionar este Parlamento que, sinto muito, é podre. Tem que haver mudanças, têm de surgir novas figuras. Temos de tirar essa banda podre e começar a colocar pessoas comprometidas. Sinto muito, mas não vim aqui para fazer gracinha nem fazer bravata, mas as coisas têm de acontecer. É preciso debater, e as pessoas têm que ouvir.

Estou falando de bravata porque, às vezes, pensamos que não somos nada. Eu fui ao Tribunal Internacional Furacão Katrina, que foi espetacular. O furacão Katrina, de cara, matou 2 mil pessoas, a maioria negros, pois aconteceu numa região de população negra. Arreventou uma área do dique que havia 30 anos já tinha de ter sido fortalecida. Eles não fizeram isso, porque eram negros e pobres que moravam naquela região. Quando o furacão apareceu, matou 2 mil pessoas logo de cara.

Eu fui lá dois anos depois do furacão, e já tinham morrido 5 mil pessoas. Com esse acontecimento, eles distribuíram 800 mil pessoas por todos os Estados Unidos, separando mãe, pai, filhos, avós, como no tempo da escravidão, e depois criaram dificuldades para a volta das pessoas — tinham voltado apenas 400 mil.



Na realidade, estava-se tentando mudar a característica da cidade, uma cidade com população, música e cultura negras, e começou-se a barrar a volta dos negros à cidade. Com o furacão Katrina, ficou exposto todo esse problema. Houve embates muito interessantes e ricos.

Na ocasião, eu concedi entrevista a uma TV de assinatura e me entusiasmei, porque era de meio estudantil. Falei sobre todas as mazelas, sobre o que significava Bush: *“Não sei quando, mas vamos pegá-lo.”* Depois, achei que tinha sido um idiota, isso é uma bravata. Percebi que, se eles resolvessem, nem me deixariam sair dos Estados Unidos. Mas tudo bem, passou. Depois, sabe o que aconteceu? Aquilo que parecia uma bravata, na verdade, não era, porque todo o processo que se deu no Tribunal Internacional Furacão Katrina, na realidade, colocou os 10% que derrotaram Bush e elegeram Oba ma.

Portanto, no caso da reforma política, que para nós é de fundamental importância, às vezes pode parecer que nós não significamos nada no negócio, mas, com certeza, somos a maioria da população, segundo o IBGE, coisa que o movimento negro vem dizendo há muito tempo. Hoje já se fala em autodeclaração. Antes, negros e negras sofreram um processo para que não se assumissem. Mas hoje estão se assumindo graças ao trabalho que o movimento negro e seus aliados têm feito.

É muito importante que os setores progressistas estejam conscientes do significado e do respeito à autoestima da população negra e aos seus direitos humanitários. Todos ganhamos. Nós avançamos em humanidade.

A reforma política, com certeza, desempenhará esse papel. Não vai ser fácil, vamos ter que brigar muito. Mas lutaremos o suficiente e, com certeza, ganharemos aliados que vão entender o significado que há em derrotarmos o racismo e a elite conservadora, racista e reacionária, que representa um atraso para os negros, para o Brasil e para a humanidade.

É uma satisfação falar sobre este assunto. Deixo muita força para o Deputado Luiz Alberto e todos os outros que estão trabalhando e buscando construir um novo caminho sobre esta questão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Esta Presidência agradece ao Sr. Milton Barbosa a brilhante exposição e informa que estão abertas as



inscrições para os Srs. Parlamentares. Inicialmente, entretanto, concedo a palavra aos autores dos requerimentos.

Tem a palavra, pelo prazo regimental de 5 minutos, o Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Deputada Luiza Erundina, Srs. Deputados Daniel Almeida, Edson Santos, Fernando Marroni, gostaria, primeiramente, que o Relator estivesse presente para dizer e, talvez, justificar que eu batalhei muito nesta Comissão para que esta audiência pública fosse realizada.

Aprovamos um requerimento de minha autoria convidando dois especialistas para dar sua contribuição a esta audiência pública: o Dr. Marcelo Paixão, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e o Dr. Clóvis, da Universidade Federal da Bahia. Infelizmente, ambos não puderam comparecer, o que é lamentável, em face das contribuições que poderiam agregar aos depoimentos dos nossos companheiros Gilson Negão, Edson França e Milton Barbosa.

Portanto, faço este registro e reitero a importância desta audiência pública, mesmo com a ausência dos dois convidados que não compareceram.

Os três expositores manifestaram de forma bastante convincente o que ocorre na sociedade brasileira. Quando os expositores dizem que somos 51% da população brasileira, Sr. Relator, para ser objetivo, estamos falando de cerca de 95 milhões de brasileiros e brasileiras — 95 milhões! Não existe país nenhum fora da África, com exceção da Nigéria, que tenha esse tamanho de população. Nenhum país das Américas tem uma população com o tamanho da nossa. Noventa e cinco milhões de brasileiros e brasileiras se autodeclararam negros e negras no último Censo do IBGE.

Em novembro próximo, por ocasião do encerramento do Ano Mundial dos Povos Afrodescendentes, promovido pela ONU, faremos um encontro mundial na Bahia com participação do Governo brasileiro, do Governo do Estado da Bahia, dos movimentos negros de vários países, principalmente da América Ibérica e do Caribe, e vamos fazer um balanço. Uma das mesas propostas pela ONU que fui convidado a coordenar, Sr. Relator, Sr. Presidente, é exatamente uma mesa à qual se sentarão Parlamentares afroamericanos e caribenhos para fazer um balanço das representações dos seus países.



Curiosamente, o Brasil tem sido o país-referência neste debate internacional, referência nas políticas públicas promovidas pelo Governo brasileiro, principalmente a partir de 2003 com a chegada do Presidente Lula. No entanto, o que estamos debatendo nesta audiência pública é a questão crucial da reforma política e a sub-representação que nossa população tem nas Casas legislativas do nosso País.

Achei curioso um dado que o Edson França levantou. Ele fez uma pesquisa nos *sites* da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, das Câmaras de Vereadores das capitais, e chegou a uma conclusão. Comentei com o Deputado Edson Santos que, pelo nosso olhar, não é uma declaração, mas pelo nosso olhar dentro da Câmara dos Deputados identificamos efetivamente 22 Deputados e Deputadas Federais que poderíamos classificar como negros ou afrodescendentes. É claro que o termo afrodescendente suscita um alargamento maior, abstraindo a cor das pessoas. Mas a sua declaração me parece muito importante quando eles se autodefinem como afrobrasileiros ou afrodescendentes.

Portanto, o que queremos com esta audiência pública é fazer valer essa presença da população. São 95 milhões de pessoas! Vejam bem, alguns cientistas analisaram o perfil do voto da Presidenta Dilma Rousseff na última eleição, Deputado Fontana: cerca de 80% dos votos da população negra foram para a Presidenta Dilma Rousseff. A população negra participa e compreende seus interesses. No entanto, os mecanismos que impedem sua participação direta como candidatos e candidatas para ser eleita e para se sentar nesta cadeira, emitir sua opinião e votar aquilo que tanto a Câmara como o Senado deliberam é a questão que queremos levantar.

Sr. Presidente, Sr. Relator, tenho certeza de que, no caso específico do nosso Relator, ele terá, sim, elementos para apresentar no seu relatório mecanismos de inclusão da população negra.

Para encerrar, gostaria de dar uma última informação. De antemão, quero agradecer ao nosso Consultor Márcio, que nos ajudou a elaborar esta proposta de PEC que propõe reserva de vaga nas cadeiras da Câmara dos Deputados. Não estamos propondo cota, Deputada Erundina, Deputado Daniel Almeida, Deputado Edson Santos, nas listas que forem aprovadas, que, na minha opinião, não são



incompatíveis, mas que possamos reservar um percentual de cadeiras nesta Casa, porque isso atinge alguns objetivos.

Primeiro, aumentará, com certeza, substancialmente a representação da população negra na Casa e, segundo, obrigará todos os partidos a disputarem essas vagas na sociedade. Todos serão obrigados a disputá-las. Qual partido abrirá mão de disputá-las? Se minha proposta de 30% das cadeiras passar, vamos sair, Edson, de 43 Parlamentares para 150. Qual partido vai abrir mão de disputar essas cadeiras no Parlamento?

Portanto, gostaria de colocar essa questão e dizer que hoje, finalmente, consegui atingir o número regimental de assinaturas para apresentar a PEC. Já conversei com o Relator, e gostaria de saber se é possível a Comissão Especial admitir a PEC e apresentá-la como contribuição desta Comissão ao Parlamento. Em vez de eu, como proponente, e o Deputado João Paulo Cunha apresentarmos, seria possível regimentalmente a Comissão apresentar, como resultado do debate desta Comissão Especial, esta Proposta de Emenda Constitucional para ser analisada pela Casa?

Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida, também autor de requerimento para a realização desta audiência pública. A Deputada Luiza Erundina e o Deputado Edson Santos se inscreverão após a manifestação do Deputado Daniel, quando termos 5 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, pela ordem. Deputado Daniel, só 1 minuto. É que esqueci uma coisa.

Estou querendo apresentar formalmente ao Relator documento elaborado pela Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, que é a contribuição da SEPPIR para o debate da reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e cumprimento o Relator, Deputado Henrique Fontana, e o companheiro Luiz Alberto, militante ativo e permanente na luta pela igualdade racial neste Parlamento e na sociedade, ao tempo em que compartilhamos a iniciativa desta audiência pública.



Cumprimento os expositores Gilson Nunes, Edson França e Milton Barbosa, manifestando a impossibilidade de a Vereadora Olívia Santana, militante com larga contribuição neste tema na Bahia e no Brasil, com presença em debates internacionais em torno deste tema, comparecer. A propósito, Deputado Henrique Fontana, ela ficou de encaminhar posteriormente opiniões, sugestões e contribuições a respeito.

É óbvio que verificamos aqui uma sub-representação: 95 milhões de brasileiros que se declaram afrodescendentes, com presença não só no Parlamento, mas também no topo das instituições de mando, no segmento empresarial, no Poder Judiciário. É evidente que, ao debater a reforma política e ao imaginar que uma reforma política tem de aprofundar os espaços democráticos e procurar refletir o perfil da sociedade brasileira, não podemos deixar de tratar dessa questão.

Não podemos deixar de perceber essa realidade, como tem acontecido em relação à questão da mulher, que é muito grave, mas tem características e perfis diferenciados em relação à trajetória histórica e cultural, que também tem sido tratada nesta Casa e que já existem alguns encaminhamentos e a admissão da parte do próprio Relator sobre a conveniência e a possibilidade de dela tratarmos. A legislação brasileira já a contempla. Embora seja insuficiente, já existem cotas.

Em relação a essa questão racial, penso que é um desafio nós nos aprofundarmos em torno dessa questão. Quero crer que o Relator terá criatividade suficiente para perceber todas essas contribuições e fará alguma sugestão, entre tantas, contemplando ou juntando todas as contribuições que estão chegando a esta Comissão.

Esta audiência pública tem o objetivo de reconhecer inclusive que os movimentos sociais são os quem têm produzido avanços. A partir dessa movimentação, do debate, da compreensão, da mobilização social que esses movimentos têm alcançado é que nós temos produzido avanços.

O Parlamento quer e tem o dever de reconhecer isso. Não será fácil. Não é um tema em que nós vamos encontrar facilidades para evoluir nesta Casa, que é uma Casa democrática, uma Casa de portas abertas, uma Casa sempre sensível às pressões da sociedade.



Portanto, esta audiência pública tem esse objetivo. O principal convite que fazemos é de intensificar a mobilização e o acompanhamento daqui para a frente, porque o debate principal se dará quando o relatório for apresentado e se verificar o seu conteúdo e as insuficiências que naturalmente ele apresentará.

Nós, portanto, quando fizemos a sugestão desta audiência pública foi para abrir mais um canal, mais uma possibilidade para o recebimento dessas contribuições, e nos associarmos à busca de caminhos para esse tema.

Penso que aqui, em algumas intervenções, alguns elementos foram levantados. Quanto ao problema do financiamento, esse é elemento que quero insistir sempre. Fiquei muito feliz em verificar que há essa compreensão. Se nós não fizermos uma modificação profunda — e aí defendemos o financiamento público, exclusivamente público, nas campanhas eleitorais —, não vamos produzir avanços substanciais, porque essa é uma grande barreira, e o movimento social compreende isso.

Também tenho concordância com alguns que levantaram aqui a tese de fortalecimento dos partidos, da lista preordenada. Na lista já se pensa — e o PCdoB inclusive já adiantou que tem concordância com a alternância de gênero — que é possível nós também fazermos algum recorte, alguma alternância ou alguma cota para outros segmentos sociais, que não são minorias mas são vistos e minorizados — não é Deputada Erika?

Portanto, quero manifestar minha concordância com esse esforço que devemos fazer.

Mas, ficando por aqui, quero apenas cumprimentar a todos pelas opiniões trazidas aqui; dizer da nossa confiança no Relator pela capacidade que terá de absorver e de produzir sugestões para o seu relatório em torno dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem. Os expositores tiveram o prazo de 15 minutos. Os autores dos requerimentos tiveram 5 minutos. Agora nós vamos para as inscrições dos Parlamentares com o prazo de 3 minutos. Depois, o Relator terá um prazo maior para que possa expressar o sentimento desta audiência pública.

Tem a palavra a Deputada Luiza Erundina, pelo prazo regimental de 3 minutos.



A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente; caro Deputado Relator, Henrique Fontana; meus companheiros e minhas companheiras, quero saudar aqui o Gilson Nunes Vitória, o Edson Luís de França e o Milton Barbosa, velhos companheiros de luta, há décadas, em questões como a igualdade racial, os direitos sociais humanos dos segmentos não necessariamente minoritários ou majoritários, mas excluídos da sociedade. São segmentos fortemente excluídos dos seus direitos fundamentais. Sem dúvida nenhuma, o segmento racial dos afrodescendentes, sobretudo as mulheres desses segmentos, são fortemente penalizados por uma cultura machista, excludente, elitista, que precisa ser corrigida através de mecanismos legais que ajudem o esforço e o processo de construção política que esses segmentos desenvolvem na tentativa de conseguir o mínimo de equalização dos direitos que são distribuídos entre os vários segmentos da sociedade brasileira.

Fico muito feliz com esta audiência — provavelmente seja a última, ou pelo menos uma das últimas. Ainda bem que estamos coroando esse processo de consulta pública, de consulta em audiências com eles, esses companheiros que dizem coisas concretas. Digo “eles”, mas, apesar de a gente também falar as mesmas coisas, é diferente: uma coisa é ser negro e falar da exclusão dos negros e das negras; outra coisa é a mulher e o homem falarem da condição de cada um desses segmentos.

Por mais que a gente se identifique com os interesses de um grupo social, de um segmento da sociedade, como no caso o deles, jamais nós teremos a consciência e a compreensão do que representa a condição deles numa sociedade com as características nossas. É concreta essa exclusão no mercado de trabalho, na vida social de um modo geral, no tratamento que as instâncias de poder dão às pessoas desse grupo social.

Eu lembraria que esta Casa já tentou inclusive introduzir algum mecanismo que pudesse atenuar ou começar a reverter esse quadro de exclusão da raça negra aqui da Casa. Na última minirreforma eleitoral se tentou incluir naquela proposta a obrigatoriedade de que nas listas de candidaturas se registrasse a raça ou a cor do candidato, mas isso foi rejeitado pelos membros daquele grupo de trabalho. Alegaram que isso seria um meio de os negros reivindicarem cotas, como as



mulheres reivindicam e lutam por elas. Seria melhor não registrar os candidatos com a sua condição de raça e de cor, porque isso lhes daria uma condição de reivindicarem cotas. Vejam o nível de exclusão! É como os brancos desta Casa tratam esse segmento da sociedade.

Uma outra questão. Quando nós abrimos a vala clandestina de Perus, em São Paulo, e descobrimos alguns desaparecidos políticos, foram identificados 1.049 ossadas, entre as quais 400 eram de crianças. Essas crianças eram em sua maioria de negros e negras, o que mostra, de fato, que não se trata apenas de um discurso ideológico, mas de uma coisa real. É concreta a exclusão, a perseguição, a discriminação e o trato injusto e desigual que é dado à raça negra.

Na outra legislatura, nós estivemos na Base de Alcântara, na plataforma de lançamento de satélites. A população quilombola reside em torno daquela obra, que é uma obra fantástica, um investimento fantástico, com um nível de modernidade incrível. Ali, a Base convive com comunidades remanescentes de quilombos, que ainda dependem da caça e da pesca. Elas passaram a sofrer restrições a partir daquele investimento. Não há nenhuma consideração aos nativos daquela região, que são os negros remanescentes das comunidades quilombolas.

Eu ouvi o depoimento de um negro de mais de 80 anos — bem negro mesmo — que, apontando, nos dizia: *“Olha, aquela escola fomos nós que construímos; aquele posto de saúde fomos nós que construímos. Embora não tenha médico nem professor em nenhum deles, fomos nós que construímos”*. Dizia ainda: *“Se me tirarem daqui, como tiraram muitos outros, é como tirar uma criança do peito da mãe. Se me tirarem daqui eu vou sofrer como sofre uma criança quando ela é arrancada do peito da mãe”*. Então, é concreto, é duro, é trágico, sem dúvida nenhuma, companheiros Parlamentares.

Deputado Henrique Fontana, eu sei da sua sensibilidade, sei do seu compromisso, sei das dificuldades e limitações enfrentadas no seu trabalho, mas certamente tê-lo como Relator, refletindo e recolhendo essas demandas e essas reivindicações, é uma promessa de que, se não se incluir tudo aquilo que seria de justiça incluir e atender, com certeza, no processo cumulativo de conquistas e de mudanças do nosso sistema político-eleitoral, em alguma medida essas questões estarão contempladas.



E eu informo que, na proposta de projeto de lei de iniciativa popular que a Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular apresentou à Casa e deu entrada na Comissão de Legislação Participativa, inclui-se exatamente a obrigatoriedade de se registrar:

“Art. 11A - Nos formulários de requerimento de registro de candidato deve constar campo, de preenchimento obrigatório, reservado a identificação de raça ou cor, conforme critérios adotados pelo IBGE.”

Então, Sr. Presidente, eu respaldo a reivindicação dos companheiros. Estou confiante de que, a partir dessa reforma, alguma mudança aconteça e se aprove no interesse desse segmento muito largo, majoritário, que realmente historicamente, culturalmente, vem sofrendo exclusão e desrespeito no que concerne aos direitos humanos. É preciso que isso de uma vez por todas seja eliminado do nosso sistema político.

Era isso, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito bem.

Tem a palavra, pelo prazo regimental de 3 minutos, o Deputado Edson Santos. Em seguida, terá a palavra a Deputada Erika Kokay, que também está inscrita.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, Deputado Edinho Araújo; Sr. Relator, Deputado Henrique Fontana, eu acho que é importante refletir o porquê desse momento que a gente está tendo aqui, na Comissão Especial da Casa, tratando sobre a reforma política. Exatamente porque há necessidade de o Parlamento, como instituição, aproximar-se da sociedade brasileira, reduzindo as resistências e as críticas. É que o Parlamento ainda hoje é objeto desse sentimento por parte da sociedade. E quanto mais perto da população estiver o Parlamento, mais forte ele estará.

A reforma política, a meu ver, tem que caminhar nesse sentido: de democratizar a Casa, de possibilitar o acesso dos mais variados segmentos às Casas Legislativas do nosso País. E é evidente que, enxergando dessa forma, o método proporcional é o mais adequado para a gente atingir esse objetivo.



Estou salientando essa questão porque, no debate da reforma política, há a discussão, também, de se inserir o voto majoritário para a constituição das Casas Legislativas. Na minha opinião, isso irá afastar segmentos importantes da sociedade brasileira da instituição Parlamento. Falo aqui do voto distrital ou do chamado distritão, que vai possibilitar, inclusive, uma presença e uma dependência maior dos Parlamentares do poder econômico existente em nosso País.

Essa é a primeira reflexão que faço, até para entrar no tema em si, que é a questão racial e a reforma política.

A população negra, desde a abolição da escravatura, foi colocada num quadro de invisibilidade.

É por isso, Deputada Erundina, que não se aceita incluir o item “cor” no registro de candidatura. Nessa questão, o item “cor” atrapalha, porque ele vai mostrar de uma forma muito evidente a sub-representação de negros e negras aqui nesta Casa.

Essa sub-representação, Sras. e Srs. Deputados, na minha opinião, não contribui para que a instituição legislativa esteja mais próxima da sociedade e, com isso, esteja mais fortalecida nesse processo.

Ao falar de reforma política com o intuito de promover algumas mudanças e, como no dizer popular, “oferecer um cala-boca à sociedade”, lembro-me de Joaquim Nabuco, com aquela história: “*Vamos mudar para não mudar*”, para manter a essência ainda excludente do Parlamento brasileiro.

Sejam os 22 percebidos a olhos vistos no plenário da Casa, sejam os 43 autodeclarados, ainda estamos sub-representados aqui na Câmara. Quarenta e três Deputados representam 8,5%; e a população negra brasileira, 50,6% — a que se autodeclara negra.

Eu acho que essa realidade inclusive dificulta a Câmara dos Deputados de tratar de temas importantes para o Brasil, seja a questão dos quilombolas, seja a questão de Parlamentares que não tratam com o devido respeito e que até discriminam o segmento negro em nosso País, utilizam-se do mandato para fazer discurso racista e discriminatório, e ainda são absolvidos aqui na Câmara. Eu não estou dizendo que se deveria caçar mandato, mas pelo menos uma pequena punição para que não haja um estímulo à continuidade desse tipo de procedimento.



Eu vou tratar aqui de uma questão — e só quem sabe onde o calo está doendo é quem está calçando o sapato. E, para tratar desse tema, sem nenhum demérito, até porque na luta pela abolição da escravidão e na luta contra o racismo no Brasil nós contamos com parceiros importantes, brancos, aqui no Brasil, mas eu acho que o protagonismo da população negra e o seu empoderamento — aí se entendendo empoderamento como a sua presença nas instâncias de poder no Brasil — será fundamental para que o Estado brasileiro possa tratar de uma forma mais adequada da questão da grande desigualdade que o Brasil ainda mostra do ponto de vista das relações raciais.

Sr. Presidente, eu acho que a gente não pode fugir da adoção de cotas. Na instituição do voto em lista, nós não podemos fugir da adoção de cotas, para que a representação Parlamentar no Brasil esteja o mais próximo possível daquilo que é a sociedade brasileira.

Finalizo dizendo que, daqui a alguns dias, se não me engano no dia 24, far-se-á um ano da sanção pelo Presidente da República do Estatuto da Igualdade Racial, que já produz alguns efeitos. Por exemplo, o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, editou um decreto instituindo cotas nos concursos públicos do Estado do Rio de Janeiro, vislumbrando a também sub-representação de negros e negras na administração pública fluminense.

Acho que o Parlamento não pode fugir também a essa responsabilidade de mudar efetivamente a realidade brasileira, adequando a sua representação parlamentar àquilo que é a nossa sociedade.

Parabenizo, portanto, o Deputado Edinho Araújo, que é Vice-Presidente da Comissão, e o Deputado Henrique Fontana, com a árdua tarefa de sistematizar os debates havidos aqui, tendo em vista a reforma política. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edinho Araújo) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, pelo prazo regimental de 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria de desejar uma boa tarde a todas e todos os presentes; parabenizar os autores desta reunião, Deputado Luiz Alberto e Deputado Daniel Almeida, com a perspectiva de poder introduzir na discussão da reforma política o recorte étnico, que me parece absolutamente fundamental.



Quando se pensa numa reforma política, se pensa num processo de ampliar ou de estabelecer uma democracia real nesta Casa Parlamentar.

Quando se pensa em financiamento público de campanha, é para reafirmar a própria democracia. Quando se pensa em voto proporcional, ou voto em lista, é para reafirmar a democracia, desconstruindo a lógica personalista, desfulanizando a representação política, assegurando que esta Casa, ou o Parlamento, possa conter o conjunto das ideais, das opiniões e das significações que existem na sociedade. E quando se pensa em introduzir mecanismos que assegurem a participação de mulheres e de negros nesta Casa, nós também pensamos em democracia. Isso não é uma discussão de negros, não é uma discussão de mulheres, mas uma discussão de democracia, de como se constroi uma democracia, de como se entende que esta Casa, ao assegurar, numa proposta de reforma política, alternância de gênero e a participação da população negra com representação Parlamentar, está se abraçando ou dialogando com a necessidade de que nós tenhamos representantes do conjunto da sociedade.

Há muito pouco tempo a população negra passou a ser majoritária no País, embora tenha sido sempre majoritária, e houve a segurança ou o resgate de identidade.

Penso que o resgate de identidade é absolutamente fundamental para que possamos abrir espaços de construção de direitos e espaços de construção de democracia. Então, há o resgate da identidade. Ou seja, enquanto as mulheres se penalizaram por ter nascido mulheres, e os negros, negros, e os trabalhadores, trabalhadores e não patrões, nós não tínhamos a construção de movimentos que possibilitassem uma lógica de igualdade de direitos, reconhecendo-se as diferenças.

Nós não queremos anular as diferenças, elas fazem parte da diversidade, da beleza da humanidade, queremos assegurar que a diferença não seja um sinônimo de desigualdade de direitos.

Portanto, se estamos construindo uma proposta de reforma política que vai na lógica da construção da democracia, de aprofundamento a democracia, de colocar nesta Casa representantes que possam elaborar leis, fiscalizar, construir o orçamento da Nação a partir do olhar dos setores minorados, nós estamos construindo e reafirmando uma lógica democrática e fazendo luto, que não foi feito



neste País. Eu costumo dizer que o País tem uma dificuldade muito grande de fazer luto e fechar ciclos. O Brasil saiu da escravidão como se ela não tivesse acontecido; República Velha, se saiu dessa forma; e da ditadura militar, também, como se ela não tivesse acontecido. Então, é preciso fazer os lutos, fechar os ciclos, porque quando não se fecha os ciclos, há os pedaços da escravidão, os pedaços da ditadura, que fazem com que a nossa democracia, em construção, fique tropeçando sobre esses pedaços de um passado, que nós precisamos fechar para podermos construir uma nova concepção de sociedade.

Estamos falando de uma reforma política que, a meu ver, só será realmente democracia se assegurar alternância de gênero. E alternância de gênero não pode ser uma meia alternância ou um processo ou um simulacro de alternância. Tem que ser realmente uma alternância de gênero para que possamos dar um salto, que é necessário que este País dê para que ele possa se equiparar à média de participação das mulheres nas Américas, que é de 20%. Em alguns países árabes, onde as mulheres usam burca, a média de participação feminina é maior do que a do Brasil.

Precisamos, portanto, fazer com que esta reforma política represente realmente uma participação das mulheres de forma significativa para termos um outro olhar sobre a elaboração da própria função do Parlamento, outra formatação. Não é apenas a formatação do Parlamento, mas é a do processo Legislativo neste País .

Outra coisa, precisamos introduzir a participação e a cota para a população negra, não há outra forma. Não há outra forma! Nós podemos — eu estou de acordo — estabelecer a identidade. Que as pessoas possam se identificar, que saiam da inviabilidade, para que possamos realmente mostrar de forma muito nua, muito crua e muito dóida o nível de exclusão que esta Casa promove à população negra, que é absolutamente fundamental na construção do País. O Brasil tem uma dívida imensa com essa população, porque não fez inclusive o luto da escravidão nem refletiu sobre o que significou a escravidão — nem a escravidão anterior à Lei Áurea nem a escravidão que a está, neste momento, ainda em curso neste País.

Não há outra forma, podemos fazer a identidade. É importante que haja a identificação não apenas no Parlamento, mas em geral, em todas as ações do poder



público. Nós temos que assegurar a participação obrigatória da população negra, senão não vamos avançar .

Nós tivemos um avanço imenso com as cotas, embora alguns que temem a democracia, alguns que têm saudade da ditadura, alguns que têm saudade da República Velha, alguns que têm saudades do absolutismo não se conformam com a questão das cotas. Mas as cotas são absolutamente fundamentais para que posamos dar um dinamismo às nossas instituições, às representações e à cidadania que precisamos ter para a construção de uma verdadeira democracia.

Por isso, digo que não podemos esperar, porque em nome de uma política universal, que não existe, se diz, “Não, vamos universalizar”. Mas não há de fato a universalização. O acesso às universidades não é universalizado; o acesso aos cargos de chefia não é universalizado. Não existe uma democracia de fato para que se tenha um acesso realmente universal e democratizado.

Então, em nome de uma necessidade de universalização, que não existe, todos os dias a nossa dor constata isso, se evita que tenhamos realmente a igualdade de direitos.

Eu encerro dizendo que precisamos de alternância de gêneros. Essa discussão tem sido feita pela bancada feminina, está sendo suprapartidária. O conjunto das mulheres deste Parlamento que está defendendo isso tem uma representação muito semelhante à dos negros: os negros são 8.5%, as mulheres, 8.7%, e são maioria na população. Tanto os negros quanto as mulheres são majoritários, mas são setores minorizados. Minorizados na representação, minorizados no poder, e com essa condição de segmentos minorizados se fere a própria democracia. Penso, então, que não há outra forma: alternância de gêneros e assegurar cotas para além da identificação — e com isso estamos todos de acordo. Devemos assegurar as cotas para que possamos dar celeridade. Vamos esperar o quê? Oitenta anos? Com as mulheres, foi quase um século para que elas tivessem a sua representação no Parlamento, e se nada for feito, se nós não assumirmos essa função e construirmos outra história... E com os negros será exatamente isso, porque não há a universalização do acesso e existe uma invisibilidade, particularmente da população negra, que só não existe pelo olhar do preconceito. O olhar do preconceito, o olhar da discriminação torna visível, mas é tornado visível



pelo olhar da discriminação. Penso, muitas vezes, que a única forma e a política pública mais constante em determinadas comunidades negras, de baixa renda é a política de segurança. Quanto às outras políticas que se dizem universais, por isso não deve haver cotas, elas inexistem, e a população é invisível para essa função social.

Portanto, Sr. Presidente, encerro dizendo que não temos que construir simulacros, mas realmente construir alternância de gênero e cotas para a comunidade negra, para que haja uma reforma que vá na mesma lógica da construção de uma democracia e de uma sociedade que, como diz o poeta, “caiba todos nós”. Uma sociedade que nos caiba, mas nos caiba por inteiro. Não queremos nos inserir nessa sociedade pela metade ou aos pedaços, mas que nela caibamos por inteiro, com as nossas canduras e também com as nossas diabruras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o Deputado Alceu Moreira, pelo prazo regimental de 3 minutos.

Eu vou encerrar as inscrições para, em seguida, ouvirmos o Relator, Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Na verdade, Presidente, eu queria parabenizar o proponente por este debate e, depois, dizer o seguinte: se há algo cínico que se ouve neste País, este é o discurso sobre preconceitos. E digo isso porque, no discurso, eles não existem; eles existem na dinâmica da vida social, em que a cor exclui milhões de brasileiros do acesso às coisas mais comuns, mais simples do dia a dia. Eles não têm acesso. Esses atos estão na negativa do sorriso, no não aperto de mão, na negativa do emprego, na exigência de coisas que, para outros, não se exige.

Ontem estávamos fazendo um debate sobre o *crack*, e eu dizia o seguinte: se o *crack* matasse pessoas nos corredores dos aeroportos, muito bem vestidas, será que não teríamos uma política pública absolutamente eficiente para evitar esse mal?! Claro que sim. Se houvesse mortes de filhos de ricos em aeroportos, certamente já se tinha tratado disso; imediatamente. Os recursos já estariam nos orçamentos. Como são pobres, eles morrem às pilhas, porque estão nas periferias. Eles são pobres, muitos deles são negros, todos marginalizados pelo processo social.



Mas acho que, neste atual processo, temos a oportunidade de ajudá-los por meio de vários mecanismos. Vejo que o mecanismo do financiamento público exclusivo é insuficiente por si só para curar essa mazela, mas é certamente uma das ferramentas importantíssimas. E digo isso porque, a redução da representação dos negros e das mulheres, dos gêneros, deve-se ao “trem pagador”. O dono do engenho ainda continua sendo branco; e ele é o trem pagador capaz de comprar muitos mais votos, portanto, chega a esta Casa com um grau de representação muito mais forte.

Tenho a impressão de que só o fato de colocarmos na lei o financiamento público e exclusivo — que não é suficiente, pois precisamos também das cotas — já pressupõe um raciocínio mínimo de igualdade. E esses ainda terão que enfrentar o preconceito cínico andando pelas ruas, mas pelo menos com o direito pré-qualificativo da igualdade. Na pré-qualificação, eu me igualo; no comportamento e no trato da vida normal, não. Mas hoje nem isso se tem. Nem isso

Então, acho que temos uma oportunidade única para não ficarmos lambendo cicatrizes com cara de piedade. Agora é a hora de fazer o texto.

Aqui os discursos fáceis, tão amáveis aos negros, muito mais para conseguir-lhes o voto, podem-se refletir na boca da urna, ali no botão do painel digital da Câmara, para sabermos se o Parlamentar realmente tem ou não esse compromisso. Ali não dá para ser cínico. Aquele botão nem ri e nem chora. Ali tu pões a digital e diz se concorda ou não. Porque, no discurso, é unanimidade; na prática diária, não é assim.

Portanto, quero dizer a V.Exa. que considero este um debate importantíssimo e gostaria muito de que pudéssemos nos aprofundar nas discussões, para que não tivéssemos, como disse a Deputada Kokay, que agir como quem faz um pedido de desculpa pela consciência: *“Eu dou cacos e cavacos da tropelia social como pagamento dessas injustiças”*. Isso não serve. Não serve.

É preciso, na verdade, que se trabalhe um processo de inclusão permanente, definitiva, e; certamente; a reforma política e o sistema eleitoral são instrumentos para isso — e existem muitos outros. Mas também estes não serão suficientes. Nós temos aqui incrustado na nossa cultura, como disse, um comportamento dos mais cínicos, é uma das coisas mais odiosas de que se tem notícia - e isso se faz o tempo



inteiro. Mas esse não será eliminado com a mera mudança do sistema eleitoral. No dia seguinte, com o novo sistema eleitoral, por mais perfeito que seja, continuaremos com isso. Nós apenas estamos nos instrumentalizando para ter a possibilidade de um dia, nessas casas legislativas, vermos andando pelos corredores os mesmos pés que amassam barro, criam vilas, capinam roças, enchem escolas e fábricas. Esperamos encontrar aqui essa mesma representação, com o mesmo rosto e com a mesma miscigenação de raças e cores. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Encerradas as inscrições, quero dizer ao nobre Relator e às Sras. e Srs. Deputados que tive a honra, caro Relator, de participar, juntamente com o Deputado William Dib, na última segunda-feira, de uma reunião em Tatuí. Tatuí está a 120 quilômetros da capital, na Castelo Branco. A reunião foi organizada por um instituto que discute os assuntos municipais daquela região, entidade presidida por um jovem advogado negro. Lá estavam mais de 120 pessoas, dentre elas 15 Prefeitos. E eu dizia, ao final daquela reunião, que teríamos este encontro aqui hoje, quando fecharíamos esse ciclo de debates e teríamos, no mês de agosto, na primeira quinzena, o relatório apresentado por V.Exa.

E ainda há pouco nós acertávamos para o dia 10 a agenda para a apresentação do relatório que o Deputado Henrique Fontana vai oferecer à Comissão, à Câmara Federal, ao Congresso, enfim, à sociedade brasileira. Portanto, S.Exa. acaba de confirmar esse compromisso conosco, uma quarta-feira da segunda semana do mês de agosto.

Não tenho dúvida, Deputado Henrique Fontana, de que será um fato importante nessa caminhada difícil que é a de fazermos a reforma política e, mais especificamente, a reforma eleitoral. Mas temos renovadas esperanças de que, com a sensibilidade, com apoio técnico e com o acúmulo de tudo o que pudemos ouvir durante todo esse período de debates, de conferências, de exposições, V.Exa. saberá colher e sintetizar o pensamento da sociedade brasileira. E esperamos que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e que esta Comissão possam estar antenados, sintonizados com o que pensa a sociedade brasileira acerca de uma reforma política que entendemos ser a mãe das reformas, pois fundamental para uma democracia e para uma sociedade mais justa e fraterna.



Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado.

Quero agradecer ao Presidente em exercício e cumprimentar V.Exa., Deputado Edinho Araújo. Cumprimento, também, todos os meus colegas, Deputados e Deputadas presentes, em especial o Luiz Alberto e o Daniel, que tiveram a iniciativa de propor esta audiência, assim como a Benedita e o Edson, que foram Ministros do nosso País — o Edson, Ministro da Igualdade Racial; a Benedita, Ministra do Desenvolvimento Social.

Meus cumprimentos à Deputada Erundina e aos representantes que usaram a palavra aqui para falar de um tema tão importante para todos aqueles que sonham com um País mais justo e mais igual. - o Gilson, o Edson e o Milton.

Primeiro, anoto aqui a seguinte posição, para concordar com uma das abordagens que o Milton fez: eu acho que o Brasil tem que, com tranquilidade, assumir aquilo que é uma realidade fática, pois somos um País que temos uma convivência pacífica — e isso é positivo —, que soube criar uma sociedade plural, mas um País onde ainda existem muitas discriminações. A principal delas é a discriminação econômica contra os mais pobres, que não têm ainda uma vida digna, que é direito de todos. E essa pobreza tem um corte junto com a questão racial.

Não é uma casualidade o fato de que temos - e percebemos isso claramente agora quando lançamos o projeto mais ousado e central do Governo da Presidenta Dilma, qual seja o enfrentamento, em todos os sentidos, com todas as ferramentas possíveis, da pobreza extrema no País — um perfil que apresenta um número maior de negros e negras a compor esse contingente mais pobre da população e, portanto, com mais direitos a serem resgatados.

E nós devemos, na política, sempre trabalhar pela progressiva resolução dessas desigualdades. Talvez uma das funções mais importantes da política é a função de reduzir a desigualdade, ou seja, aquilo que o mercado não consegue fazer. O mercado tem qualidade para determinadas questões, mas o mercado não consegue produzir solidariedade social. Para isso, inclusive, a história construiu um processo democrático e construiu governos que, por menos que gostemos, arrecadam impostos e, com essa arrecadação de impostos, fazem transferência de



renda para proporcionar políticas públicas para aqueles que não têm alternativa e precisam alcançar o direito à saúde, à educação, etc.

Esse sistema de desigualdades — e anotei aqui —, que nos traz números contundentes, tais como os aqui citados pelo Edson e por representações dos movimentos de mulheres, em reuniões anteriores, é um sistema que corporifica, materializa, uma história secular de opressões e desigualdades. O Parlamento e a sua face terminam sendo a materialização de todo um conjunto de processos que nos levaram a essa desigualdade e que as mantêm.

É certo que houve uma perceptível redução. E isso é bom, pois nos últimos anos tivemos um combate importante à desigualdade. Os números nos mostram isso, embora não tenha esses dados aqui.

Mas para falar sobre o tema que está no centro de discussões desta audiência pública, provavelmente hoje tenhamos um número muito maior de jovens negros nas universidades do que há 10 anos.

Então, isso é um avanço da sociedade que foi construído com políticas públicas.

Agora, digo isso porque essa representação distorcida, sem a pluralidade adequada, nasce na sociedade e também no sistema político que essa sociedade adota. O sistema político nunca é neutro. O sistema político gera um determinado resultado.

Dizem que a coisa mais importante por que devemos lutar é pela igualdade de oportunidades para que, de fato, todos possam mostrar as suas potencialidades. Mas para que todos possam mostrar as suas potencialidades e as suas características pessoais etc., é preciso garantir igualdade de oportunidades. E o nosso sistema político não garante igualdade de oportunidades. Ele é um sistema que nasce desigual, porque tem uma ferramenta, que é a mais potente de todas, que é a capacidade de financiamento. E reforço a fala, felizmente, de todos os Deputados que falaram hoje aqui, mas pego a última, que foi do Deputado Alceu Moreira, pois o financiamento público será uma arma muito poderosa para lutar contra todos os tipos de desigualdades que se expressam no Parlamento: a desigualdade racial, a desigualdade de gênero, a desigualdade de faixa de renda e assim por diante.



Então, o financiamento público, e tenho insistido neste ponto — e os colegas que estão aqui e aqueles que acompanham esta Comissão já sabem disso —, eu o considero o pilar fundamental da reforma que precisamos fazer para o País.

E tomei nota de outra questão a ser aqui abordada: um sistema secular gerador de desigualdades — disso todos sabemos, porque aqui estão pessoas maduras, mas preciso colocar essa frase para organizar o meu raciocínio — não se resolve em uma lei. Ou seja, a reforma política não pode ser entendida como tábua de salvação para resolver todas as desigualdades que este País gerou ao longo de séculos e de décadas; ela é uma ferramenta importante e não pode se furtar a enfrentar aquilo que for possível ser enfrentado.

E tenho uma outra coisa a dizer, de maneira muito franca, na condição de Relator. E preciso dizer isso aos meus colegas, pois todos têm desejado e, mais do que isso, ajudado a construir este relatório, para que consigamos uma maioria nesta Comissão; e que daqui saia forte para igualmente compor maioria no Plenário da Casa; e finalmente de lá ir ao Senado e lá também compor maioria.

E devo lembrar que, na semana passada, o Senado arquivou a proposta de votação em lista que lá estava tramitando e, portanto, não sei como vai aquela Casa elaborar a questão do financiamento público.

Então, temos aqui um outro desafio, que tenho de partilhar de maneira absolutamente transparente e franca. Existe algo na política que se chama correlação de forças, e esse é o cálculo mais difícil de fazer porque é um cálculo inexato. Nenhum de nós, companheiro Luiz Alberto, tem como saber, *a priori*, se o nível de mudanças que vamos propor encontrará maioria para ser aprovado na Comissão, no Plenário da Câmara e no Plenário do Senado. Na última reforma, ficamos só na Comissão; ou seja, compusemos maioria na Comissão e fomos derrotados no Plenário da Câmara.

Tenho procurado, junto com os colegas, com dedicação, encontrar esse ponto, porque, se ele for um ponto que nos leve à derrota, o resultado dessa derrota é a manutenção do sistema atual e, portanto, a manutenção do sistema que elege 8,7% de mulheres e que elege, se não me engano, 8,5% de negros e negras no Parlamento. Então, não é uma decisão fácil.



Os colegas me desejam sorte, confiam na sensibilidade do Relator, mas percebo algumas dificuldades. Não está aqui a minha amiga e colega Erika, que chegou a usar uma frase sobre a qual quero pedir a S.Exa. que repense durante o recesso. Disse ela, por exemplo: *“Ou vamos ter evolução X, ou a reforma não é reforma”*.

Eu acho que não devemos trabalhar com essa lógica, porque ela pode nos levar a um conjunto de posições demarcatórias, em que todos fazem o discurso do quinhão que entendem o mais importante, mas não se totalizam os 257 ou 270 votos na Câmara Federal, ou os 41 votos no Senado.

E muita gente na sociedade não sabe, mas os Parlamentares sabem, é que, na Comissão Especial, o Relator ou tem o seu relatório aprovado ou rejeitado. Assim é o Regimento. É tudo ou nada. Quer dizer, ou o relatório vai para o arquivo e morre — se a maioria dos votos for “não” —, ou prospera, se a maioria votar “sim”, com a possibilidade de emendamento no Plenário e em outras fases da tramitação da reforma.

Eu queria colocar essas preliminares, porque elas fazem parte da nossa equação. O mérito da matéria que estamos debatendo hoje é inegável. Todas as reivindicações que foram colocadas aqui, de uma maneira ou de outra — algumas inclusive nem foram colocadas como reivindicação, mas como uma constatação e uma disputa por algo que é legítimo, e eu dizia que todas elas são absolutamente legítimas e são absolutamente justas. Mas nós vivemos numa sociedade em que nem todas as coisas legítimas e justas ocorrem no seu cotidiano.

Eu como Relator tenho me dedicado muito a pensar neste tema e em outros, mas neste, especialmente, que foi debatido aqui hoje. Tenho uma posição extremamente comprometida e sensível à luta pela igualdade racial no nosso País e no mundo. Agora, ainda não tenho convicção sobre qual é a alteração que deve ser proposta no relatório.

Estou pensando, inclusive, talvez, em consultar um por um dos colegas da Comissão sobre esse tema, para sentir qual a posição, etc., que prospera, porque, de acordo com essa questão regimental que eu procurei partilhar com todos vocês, cada item que eu coloco no relatório que gera decisão na cabeça de um Deputado



da Comissão, por exemplo, de votar contra o relatório porque eu coloquei esse item, pode, eventualmente, me afastar da aprovação.

Por exemplo, eu sei que há Deputados que vão votar contra porque são contra o financiamento público exclusivo. Eu percebo que na Comissão isso está bastante avançado. Eu acho muito difícil não ter maioria na Comissão por financiamento público. Eu sinto isso consolidado. Sinto que a ideia de fortalecer os partidos é uma ideia forte, majoritária, na Comissão. E assim vai para cada um dos pontos, o que eu não vou aqui abordar.

Um tema que eu quero abordar, especificamente, é o tema da obrigatoriedade de registro, que me parece algo absolutamente correto, indispensável. Por que, se em tantas questões no País todos nós temos, por óbvio — e devemos ser incentivados a ter —, orgulho de nossa própria história, não o orgulho que nos leva à arrogância, mas o orgulho que nos leva à autoestima que todos nós devemos ter... Então, é algo incompreensível por que não se faz o registro, por exemplo... É como o debate que ocorreu durante o tema da ação afirmativa e das cotas de acesso à universidade. Como Líder do Governo Lula, trabalhei muito em torno desse tema para conseguir colocá-lo em votação. Para fazer uma política dessas, tem que haver a autodeclaração. E é bom que haja, porque é óbvio que se não forem 100%, 99,9% das pessoas vão se autodeclarar da raça, da cor em que se enxergam, que entendem ser a sua identidade de vida, e isso é positivo.

Quero também falar, nobre Presidente em exercício, companheiro Luiz Alberto, porque o nosso ex-Ministro Edson citou o tema, que eu tenho conversado muito com partidos em que alguns setores defendem um componente majoritário no voto. Aqui é público o nosso diálogo, por exemplo, com o PMDB, do qual uma parcela — o Deputado Alceu até se inclina mais para a questão proporcional — discute uma posição unitária.

Por que eu tenho — e peço a avaliação dos colegas — uma resistência ao voto majoritário? Porque o voto majoritário, se for adotado, por exemplo, em metade da eleição, ou seja, se um Estado que elege 30 Deputados for eleger 15 por voto majoritário, os 15 que vão ser eleitos pelo voto proporcional vão ter um quociente eleitoral duplicado. Então, o acesso ao Parlamento de uma minoria ou de um grupo “minorizado”, para usar uma palavra que eu aprendi hoje aqui, em duas falas, ficará



mais difícil. Se um voto de opinião, por exemplo, estiver em um Estado como esse que tem 30 Deputados eleitos, sendo 15 vão por voto majoritário e 15 por voto proporcional, o coeficiente que era 3,2 vai passar para 6,5. Então, nenhum setor desses com menos de 6,5% pode... Eu usei esse exemplo para a bancada evangélica, não foi, Deputada Benedita, quando me reuni com ela? Por isso o meu esforço de convencer a maioria da Casa a manter um tipo de voto misto, mas que seja 100% proporcional. Quis aproveitar para falar sobre isso porque o Deputado Edson colocou o tema.

Acho que a nossa audiência pública foi muito importante. Já cumprimentei os dois Deputados e quero cumprimentar também os demais. Eu vi aqui muitas pessoas da equipe da SEPIR, com quem eu já me reuni — e me reuni inclusive com a nossa Ministra —, poucos dias atrás. Era um grupo importante, representativo, que trata da luta pela igualdade racial.

Eu como Relator vou continuar comprometido com a bandeira que está sendo debatida aqui, refletindo muito sobre qual a dosagem que nós devemos colocar no relatório inicial, porque eu também digo — como disse numa reunião em que estive com um grupo que falou: *“Ah, não, mas se tu vais colocar assim, não atende exatamente aquilo que nós estamos imaginando”* — que, em muitas coisas o Relator não vai atender exatamente aquilo que os grupos estão imaginando, porque o Relator tem que fazer uma mediação, para constituir a maioria. Mas é óbvio que emendas nesse processo disputarão no plenário, sem nenhum problema, dentro de um processo democrático. É assim que ocorre. Tu consegues compor uma maioria para passar da primeira fase. Aí tu vais para a CCJ, vais para o Plenário, e ali poderá haver outros avanços que talvez não estejam no relatório inicial.

Mas eu quero que cada um dos colegas que estão aqui — o Luiz Alberto já me passou uma proposta, que eu li com toda a atenção — traga suas sugestões de como nós podemos contemplar esse tema no relatório, e vamos estudar isso com muito rigor, compromisso, procurando calibrar a posição que seja a ideal.

Quero cumprimentar todos os que vieram aqui. Estou vendo ali, pela camiseta, um grupo representativo de trabalhadores dos Correios. Também quero cumprimentá-los (*palmas*) por estarem aqui acompanhando a nossa sessão.



Da minha parte era isso, Presidente, que eu tinha para contribuir com esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Deputado Henrique Fontana, nosso Relator, quero agradecer a sua compreensão quanto à dúvida levantada sobre a possibilidade ou não, porque me assusta muito quando se tem muita certeza. Pelo menos a dúvida já está colocada sobre qual o mecanismo, qual a forma com que se pode responder às demandas aqui apresentadas pelas representações do movimento negro do nosso País.

Quero dizer que tivemos avanços, Relator, quando a Constituinte — a Deputada Benedita foi uma “comandanta” naquele momento — aprovou, por três quintos da Casa, o art. 68, que foi um avanço significativo na luta dos quilombolas, que hoje têm seus direitos garantidos.

Eu acredito que, com a pressão do movimento social, com a pressão do movimento negro, nós conseguimos na reforma política apresentar uma alternativa, uma ferramenta que nos coloque, vamos dizer assim, como país efetivamente da diversidade.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E o Relator está aqui para ser pressionado. É uma das funções do Relator, dentro da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Alberto) - Com certeza, nós faremos a pressão necessária.

Portanto, eu quero finalizar e agradecer a presença a todos e todas vocês e aos nossos convidados.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião. Antes, porém, lembro aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que no dia 10 de agosto, dia fatídico, quarta-feira, teremos a apresentação do parecer do Relator, Deputado Henrique Fontana, para que possamos iniciar o debate do anteprojeto da reforma política.

Eu já peguei o telefone do Relator, e até o dia 10 eu vou ligar de meia em meia hora para ele, para que possamos construir esse relatório.

Está encerrada a reunião.